

MUSEU : BIBLIOTECA

Folha para Hemeroteca

Cl:

Data publicação

23/12/88

Diário Grande ABC:
Coluna Memória

Assunto:

Ademir MEDICI



Novo quadro territorial

A transferência da sede do Município, de São Bernardo para Santo André; a mudança do nome do Município, de São Bernardo para Santo André também; o rebaixamento do Distrito de São Caetano a subdistrito, em benefício de Santo André... tudo isto gerou comentários e murmurinhos na região, com suas facções políticas abafadas pela ditadura do Estado Novo de Getúlio.

Para Santo André foi uma vitória da classe política; para São Bernardo e São Caetano foi uma rasanteira. A imprensa da época não mostra transparência sobre estas questões e noticia os acontecimentos de forma ufanista. Mas é possível ler nas entrelinhas das velhas coleções dos jornais que as mudanças provocaram os descontentamentos normais de todas as transformações do gênero.

O novo prefeito nomeado, advogado Décio de Toledo Leite, procurou isentar-se de responsabilidades. Na festa que marcou a entrada em vigor do novo quadro territorial do Município, agora chamado Santo André - realizada a 1º de janeiro de 1939 - o procurador judicial da Prefeitura, Manoel de Góes, proferiu longo discurso. E defendeu o prefeito:

"(...) Posso assegurar em público que o nosso prefeito, como delegado que é em nosso Município do interventor federal, nenhum trabalho desenvolveu no sentido da transferência da sede do Município" (cf. *O Imparcial*, sábado, 7.1.1939, coleção do Serviço de Pesquisa da História de São Bernardo).

Na realidade, o novo quadro territorial do Município começou a ser traçado a partir da constituição de uma comissão instituída pelo decreto estadual 9.097, de 12 de abril de 1938, quando ainda era prefeito Felício Laurito.

A comissão não tinha representatividade popular. Nem era integrada por qualquer representante da região. Seu trabalho não foi apreciado pelo Poder Legislativo ou pela classe política - simplesmente porque o Estado Novo abolira o Legislativo e todos os partidos políticos. A comissão era integrada por técnicos estaduais: Joviano Pacheco, diretor superintendente do Departamento Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo; Djalma Forjas, diretor do Departamento Central de Estatística; Álvaro de Souza Lima, do Departamento das Municipalidades; Aristides Bueno, chefe da Seção Topográfica e Limites, e professor Sud Menucci, diretor da Imprensa Oficial do Estado.

De qualquer modo, o prefeito Décio de Toledo Leite buscou tirar proveito político das modificações. O interventor Adhemar também.